

Caracterização do perfil dos trabalhadores da Assistência Social em Goiás – 2019¹

Rui Rocha Gomes²

Paulo Jackson Bezerra Vianna³

Introdução

O Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) foi demandado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) a desenvolver um trabalho de análise do perfil dos profissionais vinculados ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), utilizando-se as 13 bases de dados contidas no Censo Suas. Para atender tal demanda, planejou-se dois produtos que se interseccionam e se complementam: um painel interativo das variáveis relacionadas aos trabalhadores; e este Informe Técnico caracterizando o perfil dos profissionais.

As 13 bases de dados são referentes às unidades ligadas à Assistência Social e podem ser divididas em dois grupos: as unidades finalísticas, com sete unidades (Cras, Creas, Centro Dia, Centro POP, Unidade de Acolhimento, Centro de Convivência e Família Acolhedora)⁴; e as seis unidades meio (Fundo Estadual, Fundo Municipal, Gestão Estadual, Gestão Municipal, Conselho Estadual e Conselho Municipal).

Neste trabalho, procurou-se examinar as diferentes variáveis de maneira geral e em conjunto. Contudo, pelas especificidades dos dois grupos, por vezes algumas

¹ Além desse Informe Técnico, produziu-se um painel visual com os dados da formação continuada que permite a interação entre as diferentes variáveis. Este painel pode ser acessado pelo link: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMjUxNzA0ZTYtYjYzYS00ODAyLW12ZmYtMjcwMjM5YjBiNjI4IiwidCI6IjY3ZmQ0MzFjLWlyYWQtdDg2Ny04MWJjLWw3NTYyMjBiNTZkNCJ9>

² Pesquisador do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, email: ruigomes@goias.gov.br.

³ Pesquisador do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, email: paulo.vianna@goias.gov.br.

⁴ Cras: Centro de Referência da Assistência Social; Creas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social; Centro Dia: Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência; Centro POP: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua; Unidade de Acolhimento: são equipamentos que buscam assegurar a proteção integral a indivíduos ou famílias que se encontrem em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos e que estejam afastados temporariamente de seu núcleo familiar ou comunitário de origem; Centro de Convivência: Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – unidade pública destinada ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social; Família Acolhedora: serviço que oferece às crianças e aos adolescentes a experiência de convivência familiar.

questões não são coletadas para todas as unidades e assim, em certos indicadores, algumas unidades podem não fazer parte de determinado gráfico ou tabela. Todavia, a análise se deu de forma a caracterizar os profissionais da Assistência Social no âmbito do território goiano, de modo que as informações para cada unidade se inserem como partes desse todo.

Caracterização dos profissionais

A Rede da Assistência Social em Goiás, segundo dados do Censo Suas de 2019, conta com 16.532 profissionais distribuídos em 13 equipamentos (ver Tabela 1). Desse total, 78,6% são mulheres, demonstrando o caráter feminino da Assistência Social no estado. Nota-se que seis unidades ultrapassam esse percentual, destaque para a unidade Família Acolhedora, na qual todos os profissionais são mulheres. Todavia, pelo baixo número de trabalhadores desse equipamento, o que mais chama a atenção é a representatividade feminina nas unidades do Cras, em que quase 86% dos profissionais são mulheres.

Tabela 1. Total de profissionais da Assistência Social por unidade de atendimento e sexo – Goiás – 2019

Unidade de Atendimento	Mulheres	Homens	Participação Feminina
Cras	2.992	493	85,9%
Creas	627	114	84,6%
Centro POP	34	29	54,0%
Centro Dia	1.052	201	84,0%
Família Acolhedora	7	0	100,0%
Unidade de Acolhimento	2.123	523	80,2%
Centro de Convivência	1.850	625	74,7%
Gestão Municipal	1.134	400	73,9%
Gestão Estadual	107	48	69,0%
Conselho Municipal	2.711	999	73,1%
Conselho Estadual	26	14	65,0%
Fundo Municipal	332	89	78,9%
Fundo Estadual	1	1	50,0%
Total	12.996	3.536	78,6%

Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

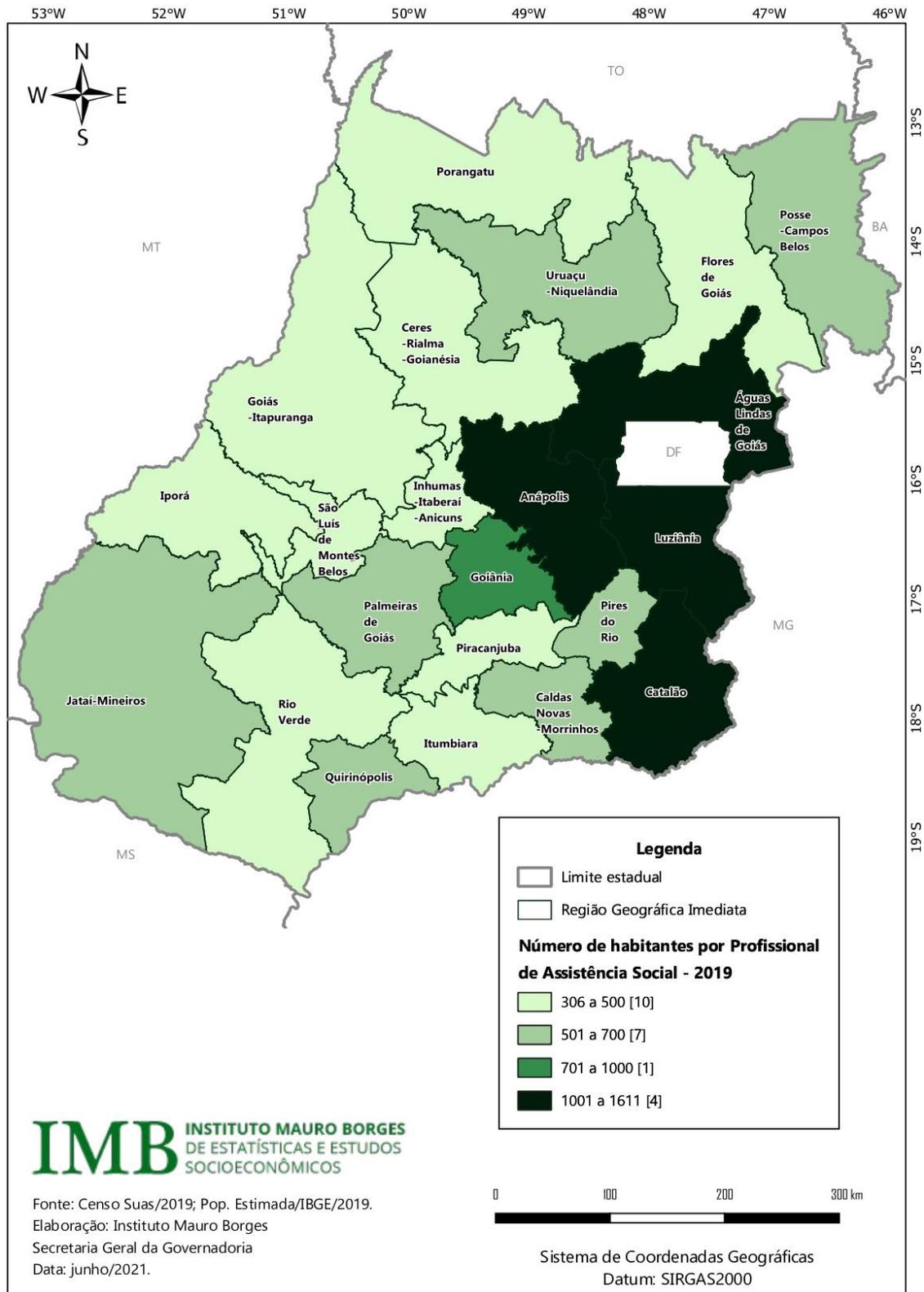
A Tabela 1 traz a distribuição dos profissionais pelas unidades de Assistência Social, tanto as de atendimento finalísticos como os equipamentos meio. Observa-se o predomínio feminino em todas as unidades, exceção ao Fundo Estadual em que elas são metade, contudo ressaltando que são apenas dois profissionais. É possível notar também que os conselhos municipais de Assistência Social detêm a maior parte dos profissionais, 3.710 trabalhadores, correspondendo 22,4% do total; os profissionais do Cras formam a segunda maior participação, os 3.485 profissionais perfazem 21,1%. Apesar do fato de um equipamento meio ser o de maior participação, ressalta-se que 65% dos agentes da Assistência Social em Goiás estão nas unidades finalísticas.

O Mapa 1 apresenta a distribuição dos profissionais da Assistência Social de acordo com a população das Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) de Goiás⁵. Percebe que há uma diferenciação espacial no número dos trabalhadores em proporção ao número de habitantes das regiões. As RGIs que circunvizinham o Distrito Federal (Águas Lindas de Goiás, Anápolis e Luziânia) e a RGI de Catalão são as que possuem as maiores proporções, superiores a 1.000 habitantes/trabalhador. A maior taxa está na região de Luziânia 1.611 residentes para cada profissional da Assistência Social. Entre as menores proporções, se destaca a RGI de Itumbiara, com taxa de 306 hab./trabalhador. As outras três regiões abaixo de 400 habitantes por profissional são: Piracanjuba (323), São Luís dos Montes Belos (368) e Iporá (374).

O conhecimento da distribuição territorial dos profissionais da Assistência Social com a respectiva ponderação pela população permite o equacionamento das equipes de trabalho. Perceber possíveis necessidades de trabalhadores, tendo em vista o alto número de habitantes por trabalhador, em determinadas regiões é o primeiro passo para ações visando a correção de distorções.

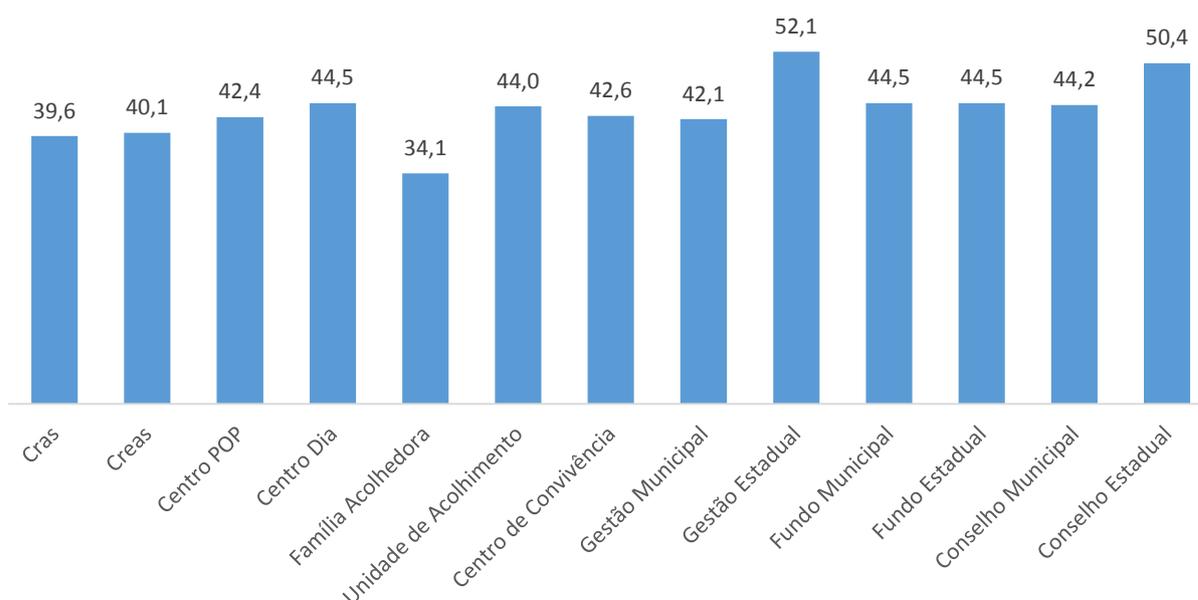
⁵ O cálculo é feito dividindo-se o total da população na RGI pelo número de profissionais da Assistência Social na mesma RGI.

Mapa 1. Número médio de habitantes por cada profissional da Assistência Social segundo as Regiões Geográficas Imediatas – Goiás - 2019



O Gráfico 1 mostra as idades médias dos profissionais nos equipamentos da Assistência Social, revelando que em 11 deles os trabalhadores em média possuem mais de 40 anos; em dois, Gestão Estadual e Conselho Estadual, a idade média é superior a 50 anos; por outro lado, os trabalhadores da Família Acolhedora, apresentam média pouco maior que 34 anos. A análise das idades dos profissionais possibilita dimensionar o quadro etário dos profissionais, possibilitando a antecipação das vacâncias em caso de aposentadoria, por exemplo.

Gráfico 1. Idade média dos profissionais da assistência social por unidades de atendimento - Goiás - 2019



Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Tabela 2. Escolaridade dos profissionais da Assistência Social segundo a unidade de atendimento – Goiás – 2019

Unidade de Atendimento	Sem escolaridade ou fundamental incompleto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-graduação
Cras	133	239	1.485	1.495	133
Creas	22	33	167	454	65
Centro POP	1	3	19	36	4
Centro Dia	49	92	329	608	175
Família Acolhedora	0	0	1	6	0
Unidade de Acolhimento	340	513	1.155	583	55
Centro de Convivência	180	285	1.075	858	77
Gestão Municipal	53	111	629	655	86
Gestão Estadual	0	0	79	63	13
Conselho Municipal	137	286	1.496	1.627	164
Conselho Estadual	0	0	7	23	10
Fundo Municipal	5	15	141	223	37
Fundo Estadual	0	0	0	1	1
Total	920	1.577	6.583	6.632	820

Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

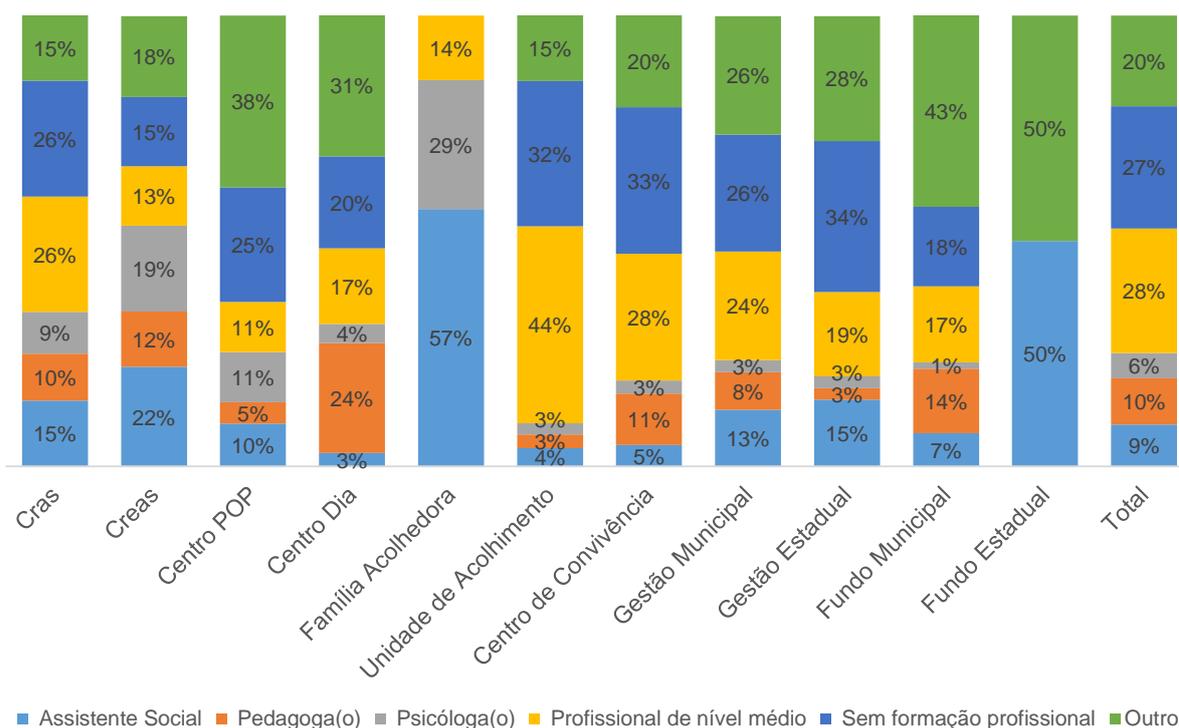
A análise dos dados referente à escolaridade dos profissionais da Assistência Social (Tabela 2) revela algumas características que apontam para necessidade de ações voltadas para a melhoria da formação acadêmica do quadro. Assim, a constatação de que 55% desses trabalhadores não possuem ensino superior e que apenas 5% têm pós-graduação, revela um déficit na qualificação dos profissionais⁶. A Unidade de Acolhimento é a que apresenta o mais baixo percentual de profissionais com ensino superior, com apenas 24%; além disso, aproximadamente 13% dos trabalhadores vinculados nessas unidades não têm escolaridade ou somente ensino fundamental incompleto.

⁶ A Resolução Nº 9, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social, reconheceu as ocupações e as áreas de ocupações dos profissionais de ensino médio e fundamental do Suas, ratificando a valorosa participação desses profissionais nas atividades socioassistenciais. Os apontamentos quanto a necessidade do aumento dos profissionais de nível superior e também o crescimento dos trabalhadores com pós-graduação, visam somente ao fortalecimento das qualificações que exigem formação superior, sem qualquer despreço aos saberes técnicos dos demais profissionais.



Pela representatividade do corpo de trabalhadores, a unidade do Centro Dia merece menção quanto à participação dos pós-graduados que totalizam 14% dos profissionais; também nesse mesmo sentido, as unidades dos Creas se destacam com 70% do quadro com ensino superior (sendo 9% com pós-graduação).

Gráfico 2. Distribuição dos trabalhadores da assistência social segundo a profissão e unidade de atendimento - Goiás - 2019



■ Assistente Social ■ Pedagoga(o) ■ Psicóloga(o) ■ Profissional de nível médio ■ Sem formação profissional ■ Outros

Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

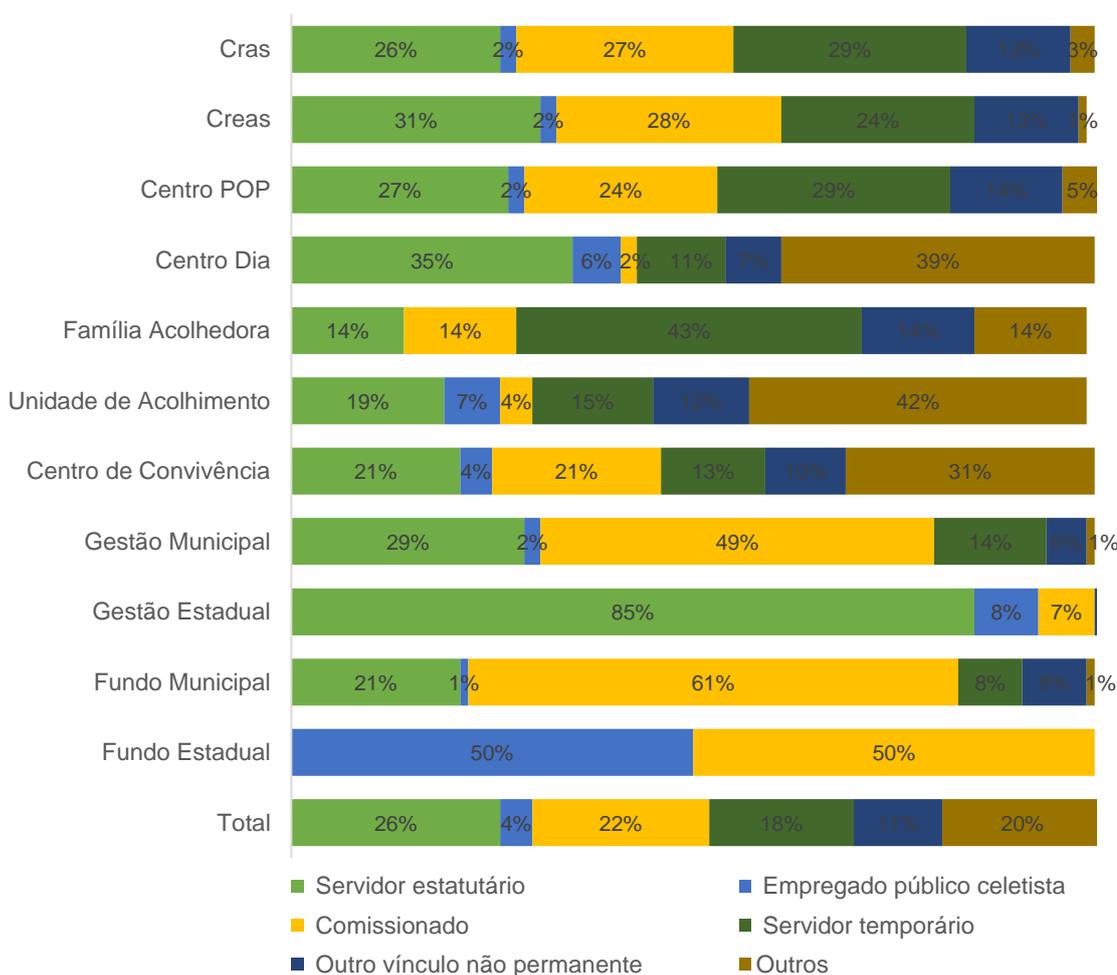
A escolaridade guarda estreita relação com a profissão dos trabalhadores⁷. Como pode ser observado no Gráfico 2, há uma parcela considerável de profissionais com de nível médio e sem formação profissional, que somados atingem 55% do total dos trabalhadores da Assistência Social em Goiás. A maior predominância desses profissionais é encontrada nas unidades de acolhimento e nos centros de convivência, com 76% e 61%, respectivamente.

No outro extremo, a somatória das outras três profissões aqui destacadas (assistente social, pedagogo e psicólogo) se destacam as unidades da família

⁷ As bases de dados dos conselhos municipal e estadual não trazem a informação quanto à profissão dos trabalhadores dessas unidades.

acolhedora e os Creas, com 86% e 53%, pela ordem. Tais números estão distantes do total para o estado nessas profissões: somando-se todos os assistentes sociais, pedagogos e psicólogos atuantes em algum equipamento do Censo Suas goiano, eles totalizam somente 25% do total de trabalhadores. Nesse contexto, chama a atenção o baixo percentual de assistentes sociais, cuja participação se restringe a somente 9% dos profissionais da Assistência Social.

Gráfico 3. Distribuição dos trabalhadores da assistência social segundo o vínculo trabalhista e unidade de atendimento - Goiás - 2019



Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nota: Estão enquadrados dentro da categoria 'outros' os terceirizados, os sem vínculo, os trabalhadores de empresa/cooperativa/entidade prestadora de serviços e os voluntários.

De maneira geral, os trabalhadores da Assistência Social em Goiás têm vínculos empregatícios precários, com apenas 30% deles sendo servidores estatutários ou empregados públicos celetistas. Seis unidades estão abaixo da média

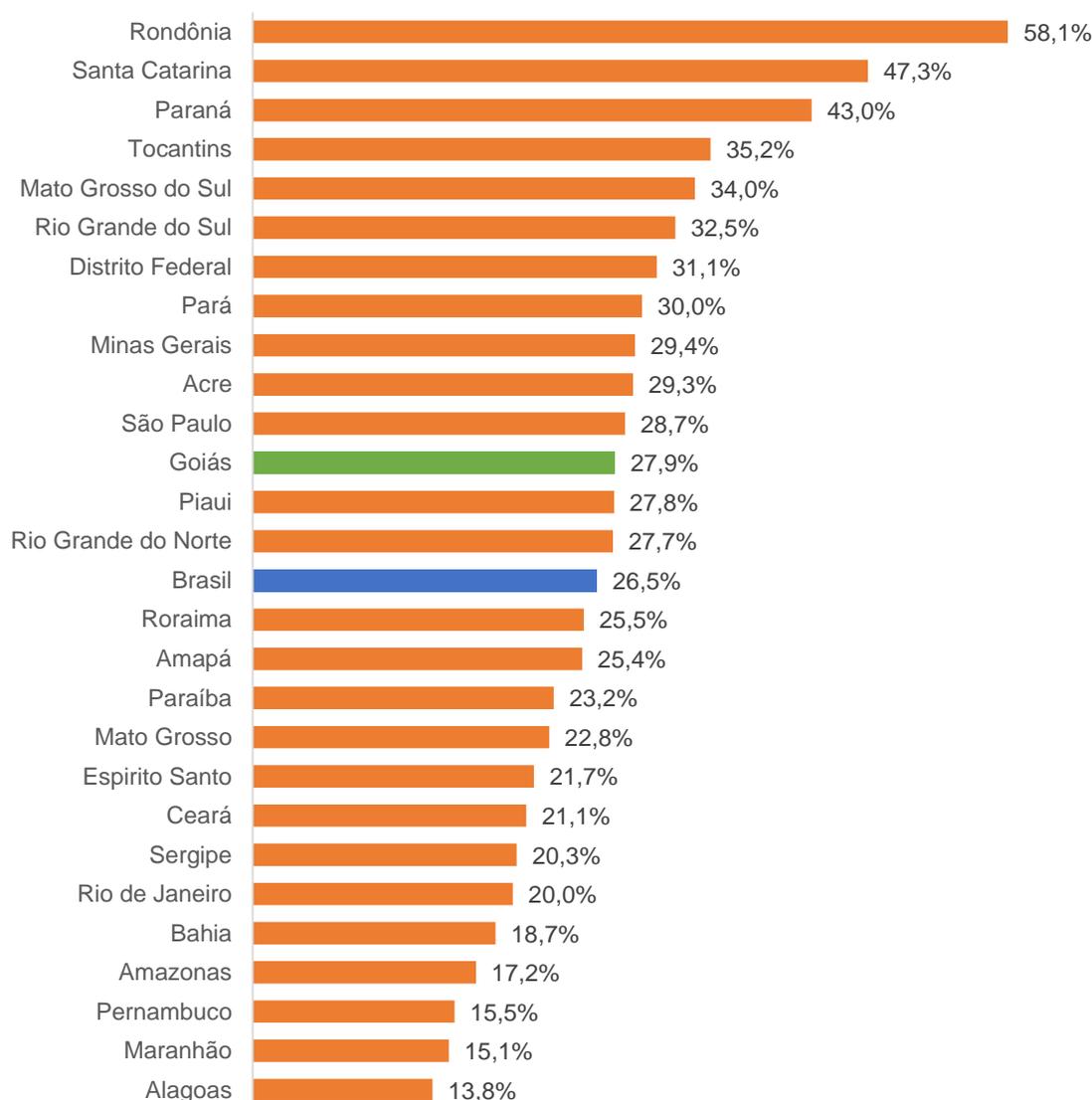
estadual quanto à estabilidade dos servidores, com destaque para a Família Acolhedora com 14% e os fundos municipais que totalizam 22% de trabalhadores na condição de estáveis. Nesses últimos, faz-se necessário ressaltar o elevado percentual de comissionados: 61% dos profissionais dos fundos municipais de Assistência Social estão nessa condição. Aliás, o fundo estadual também possui um alto percentual de comissionados (50%). Contudo há que se fazer a ressalva que, diferente dos fundos municipais, o fundo estadual conta com apenas dois trabalhadores, de modo que os 50% equivalem a um profissional.

Na outra ponta do quesito estabilidade no serviço da Assistência Social, se sobressai a Gestão Estadual que conta com 93% dos trabalhadores no regime estatutário ou celetista.

Profissionais com vínculos estáveis e duradouros criam condições de melhor atendimento das políticas de Assistência Social. Tais profissionais permitem a constituição e organização da rede socioassistencial tão necessária em momentos de agravamento das condições de vulnerabilidade ou risco social (MOTA, MARANHÃO e SITCOVSKY, 2008).



Gráfico 4. Percentual dos trabalhadores da assistência social em unidades finalísticas com regime de trabalho estável por unidade da federação - 2019



Fonte: Censo Suas/2019.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

O Gráfico 4 revela que a questão da estabilidade no serviço socioassistencial é um problema nacional. O percentual de trabalhadores estatutários ou funcionários públicos regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no Brasil é pouco maior a 26%. Ainda existem 13 estados que estão abaixo dessa proporção, sendo o caso de Alagoas o mais grave, com menos de 14% dos seus profissionais de atendimento finalístico em regime de trabalho estável. Goiás ocupa a 12ª posição no

ranking das unidades da federação pelo percentual de trabalhadores estáveis, distante 30 pontos percentuais do primeiro colocado, Rondônia.

Tabela 3. Percentual dos trabalhadores da Assistência Social com vínculo empregatício estável (estatutários ou regidos pela CLT) segundo a função e a unidade de atendimento – Goiás – 2019

Unidade de Atendimento	Coordenador	Educador Social	Técnico de nível superior	Técnico de nível médio	Apoio Administrativo
Cras	31,5%	20,2%	23,2%	15,5%	40,7%
Creas	29,0%	41,0%	25,0%	100,0%	42,0%
Centro POP	20,0%	36,4%	15,4%	-	46,2%
Centro Dia	46,5%	58,5%	37,2%	25,0%	40,5%
Família Acolhedora	25,0%	-	0,0%	-	-
Unidade de Acolhimento	20,5%	42,3%	26,1%	2,0%	32,2%
Centro de Convivência	24,1%	22,3%	14,1%	-	21,1%
Gestão Municipal	24,6%	63,2%	35,0%	28,6%	35,3%
Gestão Estadual	100,0%	-	96,6%	100,0%	98,7%
Fundo Municipal	27,3%	100,0%	21,5%	25,0%	34,4%
Fundo Estadual	100,0%	-	-	-	-

Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

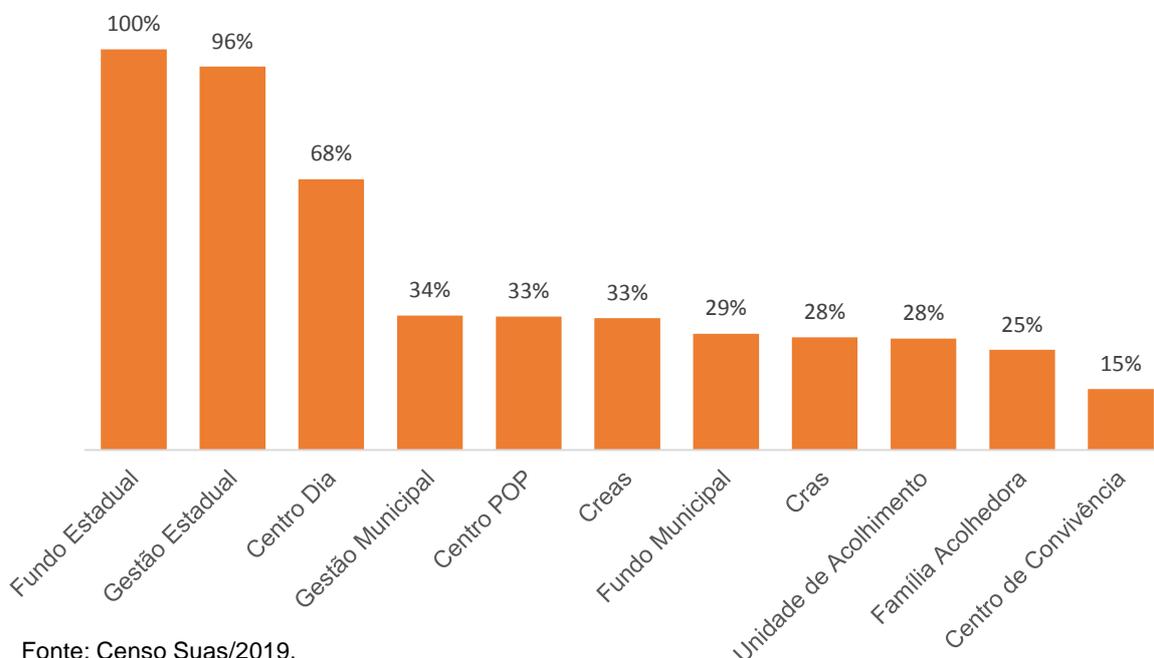
Nesse sentido, determinar em quais funções existem as maiores carências de profissionais com vínculos estáveis é essencial para atacar o problema. A Tabela 3 apresenta o percentual de trabalhadores com tais vínculos, ou seja, os servidores estatutários e os empregados públicos celetistas. Percebe-se que apenas a Gestão e o Fundo Estadual têm todos os seus coordenadores em regime de trabalho estável; na maioria das unidades a coordenação é feita por trabalhadores sem essa necessária estabilidade.

Ressalta-se que, segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas (NOB-RH/Suas/2006), além da própria Constituição Federal, há a exigência que os cargos públicos sejam ocupados por servidores concursados. No que tange a função de coordenador a NOB-RH/Suas é explícita em seus pré-requisitos para o ocupante da coordenação do Cras, por exemplo. Essa norma deixa claro que, para além da capacidade técnica – como ter curso superior e experiência em Assistência Social – ser concursado é determinado para a função de coordenador. Todavia, em apenas 31,5% dos Cras a coordenação é feita por servidor que passou por concurso público. Também merecem realce as menores proporções de

coordenadores concursados nas unidades de acolhimento e no centro pop, com percentuais em torno de 20%.

Em todas as demais funções há baixo percentual de servidores efetivos: quanto aos educadores sociais, os casos mais graves estão nos Cras e nos Centros de Centro de Convivência; entre os técnicos de nível superior, o Centro Pop, com 15% de efetivos e a Família Acolhedora em que nenhum de seus trabalhadores nessa função é concursado; na função de técnico de nível médio os Cras aparece novamente entre os menores percentuais (15%), melhor apenas que a Unidade de Acolhimento que conta com somente 2%; no tocante aos trabalhadores de apoio administrativo, as piores situações estão nas unidades de acolhimento (32%) e nos centros de convivência (21%). Percebe-se que todas as unidades elencadas com as menores proporções de trabalhadores estáveis nas diferentes funções são de atendimento finalístico, portanto, atuante diretamente no público-alvo da Assistência Social. Assim, o perigo de descontinuidade do trabalho é mais premente, tendo em vista a facilidade na substituição dos profissionais.

Gráfico 5. Percentual dos assistentes sociais com vínculo trabalhista estável segundo a unidade de atendimento - Goiás - 2019



Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

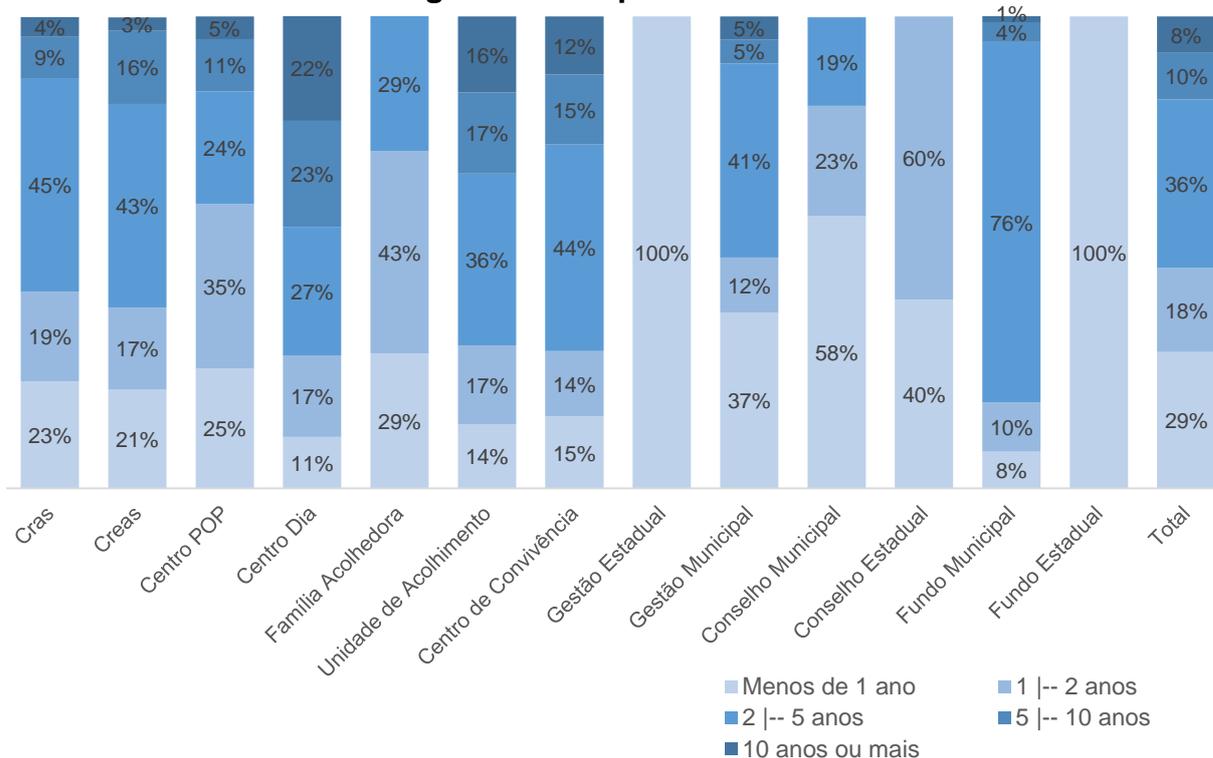
Nota: os conselhos municipal e estadual não estão entre essas unidades.

Isolando os assistentes sociais que trabalham em alguma unidade do Suas, percebe-se, pelo Gráfico 5, o baixo nível de trabalhadores com vínculo estável

exercendo essa profissão. Apenas três unidades têm mais da metade de seus assistentes sociais em regime estatutário ou como funcionário público celetista. O papel do assistente social exige um aprofundamento no conhecimento da realidade social em toda sua complexidade, mas para além disso, é cobrado desse profissional a “capacidade de desenvolver pesquisas e tratar a sua prática cotidiana como fonte de informações e sistematizações” (MOTA, MARANHÃO e SITCOVSKY, 2008. p. 195).

Tais exigências, para serem atendidas, carecem de assimilação da rotina do labor, que é dada com o tempo no trabalho, com garantia de continuidade e um processo de planejamento engajado na comunidade. Portanto, o *turnover* deve ser minimizado visando o mínimo de interrupção no encadeamento das ações ao tempo e sempre buscando a solidificação das relações entre a equipe de trabalho e a população (e também intraequipe).

Gráfico 6. Proporção dos trabalhadores da assistência social por unidade de atendimento segundo o tempo de vínculo - Goiás - 2019



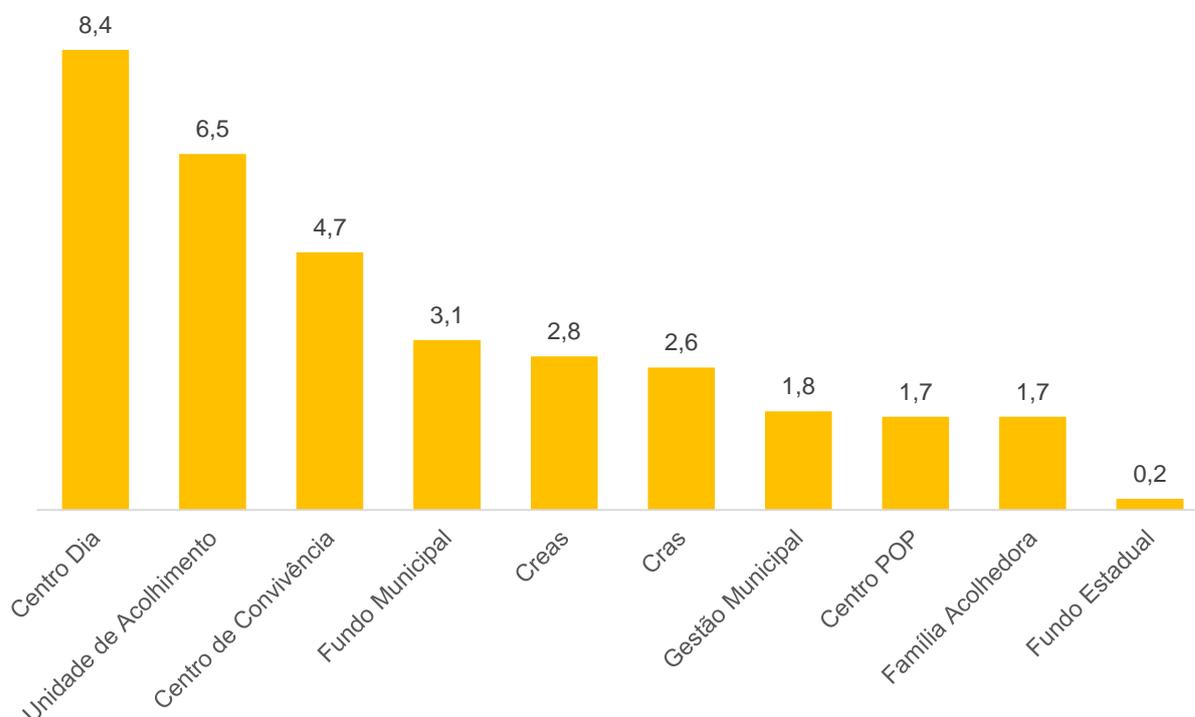
Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

No tocante ao tempo de vínculo dos profissionais da Assistência Social nas unidades de atendimento, percebe-se, pelo Gráfico 6, que em apenas duas o percentual dos trabalhadores com cinco anos ou mais de tempo de serviço supera os 30% (Centro Dia, 45%; e Unidade de Acolhimento, 33%). No geral, somando todos os profissionais das 13 unidades da Assistência Social de Goiás, essa proporção fica em somente 18%. Além disso, os trabalhadores com menos de dois anos de trabalho perfazem 47% de todos os profissionais do Censo Suas goiano. Nas unidades meio, em dois casos todos os trabalhadores estão a menos de dois anos em suas funções (Gestão Estadual e Fundo Estadual); nas unidades finalísticas, chamam a atenção os percentuais de funcionários com menos de dois anos na função das unidades Família Acolhedora e Centro Pop, 72% e 60%, respectivamente.

A alta rotatividade de trabalhadores e a pouca permanência em suas funções podem trazer dificuldades no desenvolvimento das atividades, justamente pela possibilidade de quebra de vínculos criados e pela ruptura de projetos planejados. A continuidade nas ações, o conhecimento e assimilação das tarefas, o fortalecimento das relações entre trabalhadores e público atendido e a vivência e a compreensão dos fatores de risco e vulnerabilidades sociais são princípios para uma boa política pública de Assistência Social (SPOSATI, 2007). Para tanto, o fator tempo de serviço é determinante na consecução desses requisitos.

Gráfico 7. Tempo de serviço na função dos coordenadores da assistência social segundo a unidade de atendimento (em anos) - Goiás - 2019



Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nota: Os conselhos municipal e estadual não possuem essa informação e a informação da data de início na função dos coordenadores da gestão estadual não consta na base de dados.

Na análise do tempo de serviço dos coordenadores das unidades da Assistência Social, trazida pelo Gráfico 6, nota-se que três unidades destoam das demais (Centro Dia, Unidade de Acolhimento e Centro de Convivência). Seus coordenadores estão há mais de quatro anos na função. Por outro lado, quatro unidades possuem coordenadores com menos de dois anos na função. A alta taxa de *turnover* específico dessa função pode ser ainda mais prejudicial para continuidade das atividades da Assistência Social. Um coordenador com estabilidade pode promover e fortalecer práticas mais condicentes com a realidade social em que sua unidade se insere. Assim, o Gráfico 6 deve ser examinado associadamente com a Tabela 3, que traz a proporção de coordenadores com vínculo trabalhista estável.

Tabela 4. Distribuição dos coordenadores da assistência social segundo profissões selecionadas e unidade de atendimento - Goiás - 2019

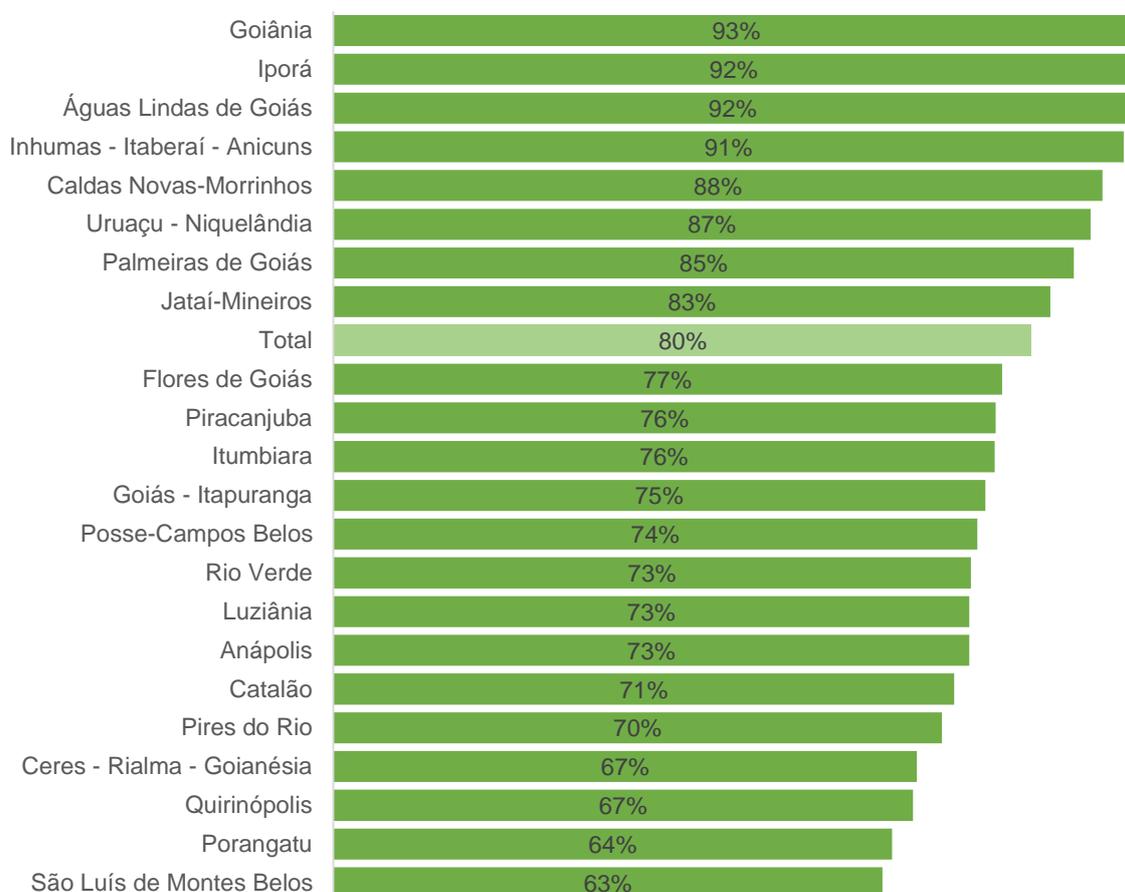
Equipamento	Assistente Social	Pedagogo	Psicólogo	Outros
Cras	21,5%	30,8%	6,2%	41,5%
Creas	28,4%	33,0%	10,1%	28,5%
Centro POP	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Centro Dia	11,6%	30,2%	0,0%	58,2%
Gestão Municipal	20,0%	11,8%	6,4%	61,8%
Gestão Estadual	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%
Família Acolhedora	50,0%	0,0%	25,0%	25,0%
Centro de Convivência	12,3%	28,4%	1,9%	57,4%
Unidade de Acolhimento	12,1%	8,4%	2,6%	76,9%
Fundo Municipal	6,1%	16,7%	1,5%	75,7%
Fundo Estadual	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

A Tabela 4 traz as três profissões mais recorrentes na função de coordenador, assistente social, pedagogo e psicólogo. Em cinco, das 11 unidades que possuem a informação da profissão, essas três formações representam 50% ou mais dos coordenadores. Com destaque para as unidades dos Creas e da Família Acolhedora, com 71,6% e 75%, pela ordem (diferente dessa duas, o Fundo Estadual possui apenas uma coordenação). No outro extremo, na unidade Centro Pop, nenhum dos cinco coordenadores são das profissões listadas.

Gráfico 8. Percentual de unidades de atendimento que ofereceram cursos segundo as Regiões Geográficas Imediatas - Goiás - 2019



Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

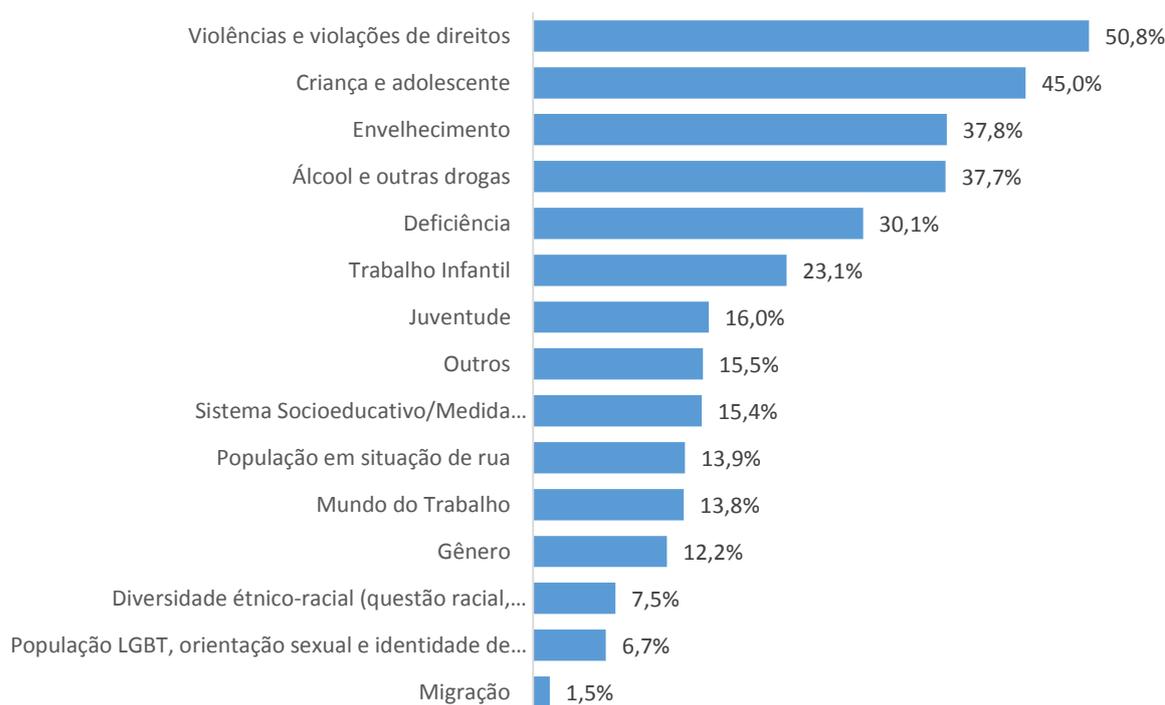
Nota: a unidade da Família Acolhedora não traz informações acerca dos cursos de capacitação.

Os dados sobre a realização de cursos de capacitação para os profissionais da Assistência Social, apesar de estarem em bases de dados diferentes das trabalhadas nesse Informe, trazem uma discussão importante, pois abrangem o aperfeiçoamento do quadro de trabalhadores. O Gráfico 8 mostra a proporção das unidades de atendimento⁸ que ofereceram algum curso para seus servidores. É salutar verificar que 80% das unidades de atendimento socioassistencial de Goiás proporcionaram cursos de capacitação aos funcionários. Entretanto, 14 regiões goianas estão abaixo desse percentual, sendo que em quatro delas mais de 30% de suas unidades não ofertaram qualquer curso.

⁸ As unidades finalísticas que coletam a informação de cursos de capacitação são: Cras, Creas, Centro Dia, Centro POP, Unidade de Acolhimento e Centro de Convivência.

Há 15 áreas de capacitação elencadas no Censo Suas (existe a possibilidade de a unidade também indicar outro curso oferecido fora da lista trazida nos questionários do Censo Suas) abrangendo os diferentes tipos de atendimento da Assistência Social. O Gráfico 9 aponta as áreas em que houve capacitação nos últimos 12 meses antes da coleta do Censo Suas. Observa-se que três assuntos de grande debate na atualidade tiveram pouca atenção quanto à capacitação do corpo técnico do Suas de Goiás. Cursos de capacitação em diversidade étnico-racial, população LGBT/orientação sexual/identidade de gênero e migração são altamente relevantes no contexto hodierno: a premência na discussão do racismo e do respeito à diversidade sexual estão na agenda máxima dos direitos sociais; os inúmeros de migrantes e refugiados que chegam ao Brasil e, especificamente, em Goiás, impõem a necessidade de preparo técnico para atender de forma qualificada as diferentes carências desse grupo.⁹

Gráfico 9. Percentual de unidades de atendimento que ofereceram cursos segundo a área do curso oferecido - Goiás - 2019



Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nota: a unidade da Família Acolhedora não traz informações acerca dos cursos de capacitação.

⁹ Ao final deste trabalho, apresenta-se um anexo com a junção das informações dos gráficos 8 e 9, inter-relacionando as Regiões Geográficas Imediatas e os cursos oferecidos.

Conclusão

A apreensão das características dos profissionais da Assistência Social de Goiás é parte integrante da consolidação da política socioassistencial no estado. Relaciona-se com a gestão do trabalho e, portanto, envolve-se com a melhoria contínua do Sistema. Nos 18 anos da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), essa consolidação e melhoria são lutas ainda continuamente travadas. Quase duas décadas depois e a defesa da Assistência Social como política pública e direito social exige, mais do que nunca, o engajamento de toda sociedade. O fortalecimento quantitativo e qualitativo do corpo técnico das entidades socioassistenciais é requisito fundamental no alcance desses objetivos e ao atendimento das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) visando a “efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (p.13).

Destarte, conhecer o perfil dos trabalhadores da rede socioassistencial goiana atenderia os princípios prescritos na NOB/Suas. Para além disso, é instrumento para se fortalecer o compromisso da Assistência Social consolidada e qualificada, que tem nos profissionais o seu elo mais vigoroso. Somente por meio desse conhecimento será possível traçar ações e políticas públicas condicentes à realidade de riscos e vulnerabilidades sociais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742/1993. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: 09 de junho de 2021.

_____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Suas. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.social.go.gov.br/files/arquivos-migrados/54ea65997b6c44c14aa59c27bc4946a1.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2021.

_____. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf. Acesso em: 09 de junho de 2021.

_____. Resolução número 9, de 15 de abril de 2014. Diário Oficial da União de 16 de abril de 2014. Brasília, 2014.



MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional. In: O mito da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2008.

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. A Assistência Social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar. <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em 18 de maio de 2021.

____. Entidades e Organizações de Assistência Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social>. Acesso em 18 de maio de 2021.

____. Serviços e Programas. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas>. Acesso em 18 de maio de 2021.

SPOSTI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direto social. Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 10 – jul./dez. 2007.

Anexo
Tabela 1A. Percentual de unidades de atendimento que ofereceram cursos segundo as Regiões Geográficas Imediatas e o curso oferecido - Goiás – 2019 (continua)

Região Geográfica Imediata	Deficiência	Gênero	População em situação de rua	População LGBT, orientação sexual e identidade de gênero	Alcool e outras drogas
Águas Lindas de Goiás	24,3%	13,5%	16,2%	2,7%	32,4%
Anápolis	24,4%	4,9%	11,0%	1,2%	30,5%
Caldas Novas-Morrinhos	42,3%	11,5%	19,2%	3,8%	23,1%
Catalão	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%
Ceres - Rialma - Goianésia	34,3%	4,3%	8,6%	1,4%	38,6%
Flores de Goiás	23,1%	7,7%	0,0%	0,0%	23,1%
Goiânia	34,9%	22,4%	18,8%	9,9%	44,3%
Goiás - Itapuranga	25,0%	11,1%	2,8%	8,3%	16,7%
Inhumas - Itaberaí - Anicuns	21,2%	6,1%	6,1%	0,0%	39,4%
Iporá	28,9%	21,1%	21,1%	10,5%	57,9%
Itumbiara	26,1%	13,0%	10,9%	10,9%	34,8%
Jataí-Mineiros	27,5%	22,5%	10,0%	7,5%	42,5%
Luziânia	24,4%	26,8%	22,0%	26,8%	31,7%
Palmeiras de Goiás	22,2%	0,0%	3,7%	0,0%	33,3%
Piracanjuba	38,1%	9,5%	9,5%	9,5%	42,9%
Pires do Rio	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%	30,0%
Porangatu	21,4%	3,6%	10,7%	7,1%	28,6%
Posse-Campos Belos	48,1%	3,7%	18,5%	0,0%	37,0%
Quirinópolis	38,9%	0,0%	11,1%	11,1%	44,4%
Rio Verde	36,7%	8,3%	23,3%	3,3%	36,7%
São Luís de Montes Belos	26,3%	10,5%	10,5%	5,3%	36,8%
Uruaçu - Niquelândia	45,2%	6,5%	22,6%	6,5%	54,8%
Total	30,1%	12,2%	13,9%	6,7%	37,7%

Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nota: a unidade da Família Acolhedora não traz informações acerca dos cursos de capacitação.

(continuação) Tabela 1A. Percentual de unidades de atendimento que ofereceram cursos segundo as Regiões Geográficas Imediatas e o curso oferecido - Goiás – 2019 (continua)

Região Geográfica Imediata	Diversidade étnico-racial (questão racial, comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais etc)	Violências e violações de direitos	Trabalho Infantil	Criança e adolescente	Juventude
Águas Lindas de Goiás	2,7%	62,2%	40,5%	59,5%	10,8%
Anápolis	9,8%	46,3%	29,3%	42,7%	13,4%
Caldas Novas-Morrinhos	3,8%	50,0%	42,3%	46,2%	15,4%
Catalão	4,8%	42,9%	0,0%	14,3%	9,5%
Ceres - Rialma - Goianésia	10,0%	41,4%	10,0%	38,6%	10,0%
Flores de Goiás	7,7%	53,8%	46,2%	46,2%	23,1%
Goiânia	8,9%	55,2%	28,1%	49,0%	18,2%
Goiás - Itapuranga	11,1%	47,2%	5,6%	33,3%	13,9%
Inhumas - Itaberaí - Anicuns	9,1%	51,5%	27,3%	48,5%	15,2%
Iporá	5,3%	60,5%	18,4%	63,2%	26,3%
Itumbiara	8,7%	32,6%	15,2%	30,4%	10,9%
Jataí-Mineiros	5,0%	65,0%	25,0%	45,0%	15,0%
Luziânia	22,0%	48,8%	41,5%	51,2%	29,3%
Palmeiras de Goiás	0,0%	55,6%	3,7%	55,6%	11,1%
Piracanjuba	0,0%	52,4%	9,5%	23,8%	9,5%
Pires do Rio	0,0%	40,0%	20,0%	50,0%	10,0%
Porangatu	3,6%	42,9%	28,6%	39,3%	10,7%
Posse-Campos Belos	7,4%	59,3%	25,9%	66,7%	25,9%
Quirinópolis	5,6%	44,4%	11,1%	33,3%	11,1%
Rio Verde	3,3%	41,7%	23,3%	46,7%	25,0%
São Luís de Montes Belos	5,3%	57,9%	5,3%	36,8%	5,3%
Uruaçu - Niquelândia	6,5%	64,5%	19,4%	41,9%	12,9%
Total	7,5%	50,8%	23,1%	45,0%	16,0%

Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nota: a unidade da Família Acolhedora não traz informações acerca dos cursos de capacitação.

(continuação) Tabela 1A. Percentual de unidades de atendimento que ofereceram cursos segundo as Regiões Geográficas Imediatas e o curso oferecido - Goiás – 2019

Região Geográfica Imediata	Envelhecimento	Sistema Socioeducativo/Medida Socioeducativa/SINASE	Migração	Mundo do Trabalho	Outros
Águas Lindas de Goiás	24,3%	37,8%	0,0%	16,2%	8,1%
Anápolis	26,8%	11,0%	1,2%	8,5%	9,8%
Caldas Novas-Morrinhos	34,6%	11,5%	0,0%	7,7%	23,1%
Catalão	14,3%	0,0%	0,0%	14,3%	19,0%
Ceres - Rialma - Goianésia	40,0%	10,0%	0,0%	12,9%	1,4%
Flores de Goiás	30,8%	7,7%	0,0%	0,0%	7,7%
Goiânia	42,7%	11,5%	1,0%	16,1%	20,8%
Goiás - Itapuranga	33,3%	13,9%	2,8%	5,6%	19,4%
Inhumas - Itaberaí - Anicuns	51,5%	6,1%	0,0%	6,1%	21,2%
Iporá	63,2%	13,2%	0,0%	13,2%	15,8%
Itumbiara	21,7%	15,2%	2,2%	8,7%	21,7%
Jataí-Mineiros	47,5%	30,0%	7,5%	20,0%	17,5%
Luziânia	34,1%	26,8%	2,4%	12,2%	9,8%
Palmeiras de Goiás	51,9%	7,4%	3,7%	14,8%	25,9%
Piracanjuba	42,9%	4,8%	4,8%	9,5%	19,0%
Pires do Rio	40,0%	20,0%	0,0%	0,0%	20,0%
Porangatu	32,1%	14,3%	0,0%	14,3%	7,1%
Posse-Campos Belos	51,9%	22,2%	3,7%	14,8%	7,4%
Quirinópolis	33,3%	22,2%	0,0%	16,7%	11,1%
Rio Verde	38,3%	18,3%	3,3%	26,7%	25,0%
São Luís de Montes Belos	21,1%	21,1%	0,0%	5,3%	5,3%
Uruaçu - Niquelândia	32,3%	29,0%	0,0%	25,8%	9,7%
Total	37,8%	15,4%	1,5%	13,8%	15,5%

Fonte: Censo Suas/2019.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/SGG.

Nota: a unidade da Família Acolhedora não traz informações acerca dos cursos de capacitação.